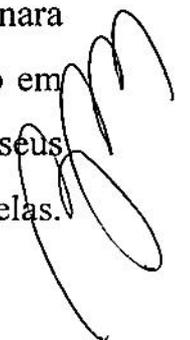


Aos vinte e cinco dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e três, Presidente Marcelo Manara deu início a plenária, e na abertura aproveita para esclarecer uma questão recente que foi a decisão judicial acerca do Banhado. Como é um assunto que trata especificamente do Parque Natural Municipal do Banhado, informa que a prefeitura municipal entrou com uma ação junto ao judiciário, no sentido de ter uma decisão judicial para retirada das pessoas que vivem naquela situação, de irregularidade, urbanística e ambiental, esse é o entendimento da prefeitura. Que não está discutindo opiniões sobre isso ou aquilo, mas tão somente trazer para o conselho esses movimentos jurídicos para que, as coisas fiquem às vezes meio robuscadas, sendo as notícias somente pela imprensa. Então, essa ação, no meio dela, a prefeitura informou em juízo que existe uma unidade de conservação de proteção integral, que é o Parque Natural Municipal do Banhado e que ali residem cerca de 300 famílias, praticamente metade está dentro do Parque Municipal do Banhado. E que a lei é muito clara, o Sistema Nacional de Unidades de Conservação fala que em Unidade de Proteção Integral não é possível à permanência das pessoas e das moradias. Que foi informada em juízo, pedindo a análise em separado a jornada da ação. A ação é para a retirada de todas as ocupações do Banhado. Isso teve um trânsito, em primeira instância, o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo acolheu e falou que realmente uma Unidade de Conservação de Proteção Integral não pode ter moradias dentro e a defensoria e o movimento do Banhado questionou, e foi para o Supremo Tribunal Federal. Em decisão do Ministro Alexandre de Moraes foi dado esse ganho dessa argumentação em separado da prefeitura, que realmente deveriam ser retiradas as pessoas dentro do Parque Natural Municipal do Banhado. E assim foi feito, a negociação toda com a defensoria, com o

movimento do Banhado, com a própria juíza de primeira instância Laís, que desceu junto e solicitou que fossem demarcadas e identificadas as casas, com cadastro das pessoas que vão sair do local. Nesse ínterim, a juíza surpreendeu julgando a ação inicial, e nessa ação em primeira instância não acolheu a argumentação da prefeitura, deu ganho ao movimento do Banhado dizendo que não devem ser retiradas as famílias de lá. De quebra, ela definiu que para isso, para sustentar a permanência das pessoas, o ato de criação da Unidade de Conservação de Proteção Integral, na visão da juíza, foi inconstitucional, não cumpriu os ritos devidos, portanto, no olhar da juíza de primeira instância, o Parque Natural Municipal do Banhado está sub judice, porque ela não tão somente fundamentou uma decisão de primeira instância, alegando que não podem ser retiradas as famílias de lá, porque o ato de criação do parque não cumpriu os requisitos legais. Então isso seguirá logicamente, a prefeitura já vai recorrer em segunda instância para o tribunal. Acreditamos que são muitos os argumentos, e todo o histórico de criação e consolidação do Parque Natural Municipal do Banhado, vide todas as discussões que ocorreram com o acompanhamento do Comam, em que, por exemplo, as medidas compensatórias da Petrobras foram para a câmara de compensação ambiental, para o Parque Natural Municipal do Banhado, então, existiram vários momentos desde 2012, no ato da sua criação em que a Secretaria de Meio Ambiente do estado, assegura a legalidade e a formação dessa unidade de conservação. Mas, enfim, isso é matéria para o curso do recurso que será apresentado no tribunal e para esclarecer que houve esse movimento e que essa decisão do Supremo Tribunal Federal, assegurando que existe a unidade de conservação e que a unidade de conservação não pode ter esses moradores. E, agora, isso vai ser levado para o conhecimento do tribunal, para analisar se a sentença dada pela juíza de primeira instância aqui deve ser reformada ou não. O município entende que, as chances são muito grandes dela ser reformada, porque existem várias inconsistências, naquilo que foi fundamentado pela juíza Laís para essa decisão.



Presidente dando continuidade a plenária, inicia com a aprovação da ata da plenária de 23 de março enviada por e-mail para todos os conselheiros em 24 de abril de 2023. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer? Coloca para deliberação, pede que permaneça como estão aqueles que aprovam a ata da plenária, se manifestem aqueles que desejam declarar abstenção ou não aprovação. Nenhuma manifestação, ata aprovada por unanimidade. Dentro dos informes, foi recebida uma proposta do conselheiro vice-presidente, Jeferson Rocha, no sentido de abrir a cada reunião a possibilidade de disponibilizar 15 minutos para as instituições partícipes que possam apresentar um pouco de sua história, projetos e ações. Passa a palavra para que Jeferson esclareça o que é a proposta para já deliberar. Com a palavra o conselheiro Jeferson que cumprimenta a todos e esclarece que diante da inserção do Rotary Club enquanto ONG, representante das entidades ambientalistas, nas conversas, prévias, antes da eleição, onde foi concluída a necessidade de manter com a ideia de revisar o nosso regimento interno, dentro desse processo de reflexão, e diante do pouco que conhece além das pessoas, mas das instituições representantes, pouco a gente sabia do que acontecia, o que faziam. O Comam está muito bem representado, sempre esteve, mas dessa vez teve uma energia e um peso muito grande, acha que o conselho tem uma responsabilidade muito grande nesse processo, até porque nos últimos dois anos têm participado, enquanto, avaliador de banca do Colégio Mater Dei, onde vê uma dinâmica muito além do que imaginava. E esse ano junto com o conselheiro Fabiano Porto, participou da banca do quinto ano e ficou mais impressionado, com uma responsabilidade ainda maior do que podemos fazer para transmitir esse bastão. Então, acredita que esse processo de conhecimento para depois multiplicar e trazer novos atores para dentro do conselho. Com a palavra Presidente Manara que agradece Jeferson e coloca para deliberação a proposta do conselheiro em disponibilizar 15 minutos para entidades apresentarem a sua história e os seus projetos e se houver mais de uma entidade o tempo será dividido entre elas.



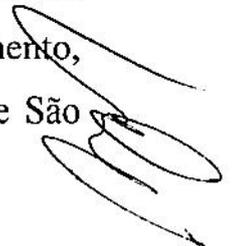
Com a palavra Ricardo Law, que sugere propor a criação, de mini Comam nas escolas de São José dos Campos, pois tem se impressionado com o alto nível das crianças. E seria uma forma de levar as discussões, a ideia que o Comam tem, para a sociedade e fomentar mais essa participação das crianças. Presidente agradece Ricardo, acha excelente a ideia e o aprendizado de fazer parte de um colegiado de cidadania. Que é preciso discutir com a Secretaria da Educação, porque já tem uma grade muito pesada, tem que ver como isso pode ser gerido. Presidente sugere que Ricardo prepare um pré-projeto, uma ideia, o COMAM aperfeiçoa, e a hora que estiver pronto, entrará em contato com o secretário Jhonnes e a ideia e quando apresentar o projeto, ele se torna proposta e colocamos para deliberação. Presidente lembra que foi lançado um chamamento oferecendo 200.000 reais em recursos. E assim foi feito o processo com toda a transparência, abertura, discutido e sempre apresentado e aprovado na planária, e hoje o convidado é a Célio Lemos com o projeto Agricultura Urbana, o Carlos Vilarga, vai apresentar como está a evolução desse trabalho em agricultura urbana e depois convidaremos a Univap para falar sobre o projeto de Fauna Silvestre com a Flávia Vilaça e a Sônia. Com a palavra Carlos que cumprimenta a todos e agradece a oportunidade de estar apresentando o andamento do projeto. Que o projeto chama “Agricultura Urbana e Cozinha Sustentável”, com uma horta orgânica, agroecológica de aproximadamente 3500 metros quadrados, projeto aprovado pela Seurbs em setembro de 2021. A assinatura do termo de fomento foi praticamente um ano após e o primeiro depósito que foi recebido em outubro de 2022. Então, com esse crédito em mãos, foi feita uma atualização das cotações, foi negociado os equipamentos que tinham sido colocados no projeto. Nesse projeto foi incluído um desidratador solar híbrido, o tempo de entrega estava entre 90 a 190 dias, atrasou um pouco. Em 31 de janeiro, foi solicitado uma alteração referente ao período de execução considerando de novembro de 2022 até janeiro de 2024, na extensão de 3 meses. Para esse projeto foi contratado uma consultoria, numa parceria com

uma ONG que chama Mato no Prato, foi contratada uma cozinheira para tratar desse projeto especificamente. A cozinheira foi contratada em janeiro deste ano e começou as atividades em fevereiro junto com as atividades da consultoria. O valor total do projeto foi de 71.615 e até o momento foi recebido desse valor 47.515. Já foi investido em equipamentos, uma parte é uma contrapartida da obra social, porque o desidratador solar híbrido custou um pouco mais do que estava inicialmente projetado. Apresenta o cronograma, que já foi feito, com relação às etapas definidas no projeto. Que estão seguindo o plano e espera que termine tudo bem. Através de fotos apresenta alguns dos equipamentos adquiridos, um freezer, um forno, as mesas, liquidificador, várias panelas e elementos para a cozinha e o desidratador solar, adquirido de uma empresa que chama, Plena Sol de Ubatuba, que trabalha nesse tipo de projetos em todo o Brasil e a ideia é desidratar vários dos produtos que produzimos na horta. Que, às vezes tem excesso de produção e não conseguem vender tudo, então, para evitar a perda, pensando nesse projeto, para desidratar os produtos e dar um valor agregado maior. Já iniciou a desidratação, a primeira foi ora-pro-nóbis, que é uma planta com bastante nutrientes, especialmente proteínas. Através de foto apresenta a planta in natura, e já passada pelo desidratador e a direita o produto desidratado. Informa que, um quilo de ora-pro-nóbis desidratado pode estar entre 150 a 180 reais, e isso vai permitir aumentar as vendas da horta. A entidade também produz alguns pães diferentes, geleias, compotas e conservas. Tem a produção de bolo de cacau, de maçã sem glúten e sem lactose, tortinha e pizza enrolada de mangará. Mangará é o coração da bananeira, onde normalmente em todos os lugares se perde, são utilizados como um recheio nas tortinhas e nas pizzas. Que outros produtos que tem sido desenvolvido, é o pão de batata-doce. Carlos convida todos a conhecer o trabalho da Célio Lemos e fazer uma degustação. Que já foram desenvolvidos 32 produtos diferentes durante estes 3 meses que já tem oferecido para o público, que vendemos as hortaliças e frutas que produzem na horta, por exemplo, biomassa de banana

Até



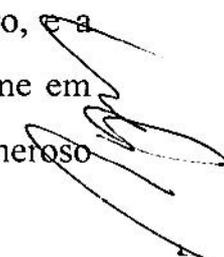
verde, compota de figos, pãezinhos de batata doce. Que existe o aproveitamento ao máximo de tudo o que está produzindo e, além disso, com um valor agregado que permite ter mais cursos para os projetos realizados com as crianças. Espera o reconhecimento como uma escola de excelência na educação infantil aqui em São José dos Campos e estão trilhando esse caminho e na área da sustentabilidade é muito importante para a área de qualidade. E, dentro do cronograma, tem quatro oficinas durante o ano, oficina de cozinha sustentável e no começo deste mês, teve cinco participantes, e agora esperam que no próximo, que acontecerá em julho, mais pessoas possam participar e aprender para um melhor aproveitamento dos alimentos e para incorporar ingredientes muito mais nutritivos na alimentação das pessoas. E todo esse trabalho tem sido possível, graças a parceria para poder implementar os projetos dentro da sociedade. A parceria da Seurbs que facilitou o dinheiro para o projeto, e a ONG com a qual tem parceria, a Mato no Prato, com o conhecimento técnico nessa área e a Célio Lemos, que tem essa horta agroecológica e quer passar esses conhecimentos com a sociedade da importância da alimentação, saudável para uma melhor saúde da população. Que seguem o cronograma e agradecem a parceria com a Seurbs. Presidente agradece Carlos pelo trabalho, e coloca para deliberação da plenária a aprovação e homologação dessa prestação de contas, nesse balanço parcial, porque ainda tem mais projetos, mais desenvolvimento, mas essa prestação de contas para aprovação, homologação da plenária. Pede aos conselheiros que aprovam a homologação permaneçam como estão, aqueles que colocam alguma objeção ou queiram se abster se manifestem. Nenhuma manifestação, aprovado por unanimidade a homologação dessa prestação de contas do projeto “Agricultura Urbana” da Célio Lemos. Presidente passa a palavra para Flávia Vilaça e Sônia da Univap, apresentarem o Programa Fauna Silvestre, também com aplicação dos fundos no edital da Seurbs. Flávia informa que o trabalho feito pela Univap e aplicado no projeto é “Recebimento, Tratamento, Reabilitação e Destinação de Psitaciformes do Município de São



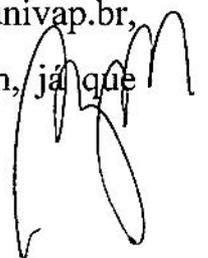
José dos Campos Oriundos de Apreensão ou Entrega Voluntária”. Que, no CRAS Univap, é o Centro de Reabilitação de Animais Silvestres e ela coordena uma equipe. Inicia convidando os conselheiros, para uma visita para conhecer o CRAS, um centro de reabilitação da cidade, onde recebem os animais silvestres dos municípios, de tráfico, fazem todo o tratamento, toda a reabilitação e soltura quando possível. Que o centro também faz a educação ambiental dos municípios, e estão aprimorando, inclusive, por atendimento telefônico. Que, a Universidade do Vale do Paraíba é uma universidade comunitária, dividida em várias faculdades, e o CRAS está dentro da faculdade de educação e artes. O curso de ciências biológicas faz parte do Centro de Educação, o Centro de Estudos da Natureza, que é o CEN. Tem o museu pedagógico, o viveiro de plantas medicinais, onde também tem canteiros, onde é feita a educação ambiental, tem o borboletário, antigamente tinha o serpentário que foi absorvido pelo Centro de Reabilitação de Animais Silvestres. Mostra em foto o Centro de Reabilitação Silvestre, onde os animais são recebidos, ficam em quarentena. Hoje os municípios entram em contato por telefone, é feita uma triagem inicial para saber se esse animal precisa de resgate, porque muitas vezes o animal não precisa, ele deve ficar onde ele está. Quando ele foi atropelado, quando ele está machucado, é orientado a ser trazido para o centro, via Corpo de Bombeiros, via Polícia Ambiental, nunca pelo próprio município. Mas às vezes é um filhotinho que está aprendendo a voar, às vezes é um ovo que está sendo observado pelos parentais, deve permanecer naquele local. Quando os animais chegam, vão para quarentena, eles são avaliados pelos médicos veterinários e começa o trabalho. A Univap inicialmente tinha o CRAS, um mantenedor de fauna silvestre desde 2000, em 2015 para 2017, foi alterado para Centro de Reabilitação de Animais Silvestres, onde pode ter hoje reprodução animal. Hoje é um centro de reprodução animal do sagui-da-serra-escuro, que é o *Callithrix aurita*, o centro de reprodução mais bem sucedido do Brasil, um orgulho para a Univap e para São José dos Campos. Flávia apresenta a equipe, com duas responsáveis



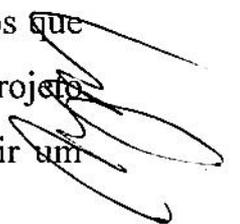
técnicas, uma bióloga, professora Valderez, a médica veterinária, Hanna, uma segunda médica veterinária que atende é a Raíres e um biomédico. E dentro do CRAS a partir de 2015, foi montado um laboratório clínico para atender os animais silvestres, para não depender de laboratórios externos. A equipe conta com três tratadores, o Antônio, Narciso e o Dênis, e têm hoje 24 alunos dos cursos de medicina veterinária e de ciências biológicas da Univap, entre bolsistas, estagiários, monitores. Desses monitores, alguns são estágios obrigatórios, mas a maioria é voluntária. Apresenta fotos de como é a quarentena por dentro, algumas salas de atendimento, quando chegam ficam em gaiolas, têm que ser cuidados individualmente e a sala de reabilitação. Vários recintos para todos os tipos de animais, recintos de voo de pássaros, recintos dos jabutis, recintos para felinos, jaguatirica, recintos dos saguis. Tem um laboratório bem montado, onde são feitos exames coproparasitológicos, acompanhamento basicamente semanal, hematológicos e de urinálise. No local não é feito ultrassom, exames que precisam de equipamentos. Mostra algumas fotos de animais, jabuti, macaco-prego, psitacídeos, veado catingueiro e algumas corujas. O CRAS, na Univap é uma universidade comunitária, não visam lucro, depende das parcerias que são fundamentais para poder existir, porque os animais silvestres, por incrível que pareça, eles custam mais que uma criança. Que hoje tem parcerias com a Rodovia dos Tamoios, com a CCR Rio-São Paulo, com a Engep, que tem um aterro em Jambéiro e com o Via Vale Taubaté Shopping, que está com problema com saguis, resgatam e trazendo para o centro. São as parcerias atuais e agora, a parceria com a prefeitura, com a Seurbs, com o edital, que foi muito bem-vindo. Com esse edital recebem pássaros, com sérios problemas, eles carregam vírus, que transmitidos entre esses pássaros, causam doenças que matam. Quando recebe um pássaro, é obrigado a fazer exames, de PCR, tipo Covid, que é extremamente caro, e a repetir após 15 dias. E se um pássaro for positivo, tem que fazer o exame em todos os outros pássaros, porque ele transmite. Que é extremamente oneroso



receber um pássaro desses. Esse vírus circula principalmente entre os pássaros domésticos, papagaio, maritaca. Então o projeto é para receber, tratar, reabilitar e destinar esse tipo de família de pássaro psitaciforme, a maritaca, papagaio, periquitão que tem na nossa região, e são alvo de tráfico. O objetivo é atender por um período de dois anos, pelo menos 60 desses pássaros. Com a palavra Sonia, que trabalha na contabilidade, e acompanha toda a documentação, as entradas desse recurso que muito está ajudando nesse projeto. A Fundação até o momento recebeu três parcelas, onde tem um departamento de compras que visa sempre o melhor para a instituição e para a aplicação do recurso recebido, tudo tem cotações, o melhor preço e a melhor qualidade. Que estão acompanhando o plano de trabalho, as necessidades do projeto. Que está entregando a prestação de contas anual no prazo e aguardam liberar as demais parcelas para dar continuidade nos trabalhos juntamente com a professora Flávia e toda a equipe. Na tela apresenta o relatório, com os prestadores de serviço, os fornecedores e o que foi comprado dentro do plano de trabalho e os valores de cada aquisição. É um resumo do que utilizam na prestação de serviço para esse trabalho com essas aves. Com a palavra Flávia que informa que o maior gasto, na verdade, são com os reagentes para desinfecção do vírus, porque esses pássaros, eles têm que ficar num recinto separado dos demais, já que eles têm potencial de virem infectados com outros pássaros, vão diretamente para um recinto diferente onde tem que ser feito uma desinfecção. Que os materiais utilizados para esse tipo de pássaro é totalmente diferente do material usado para os demais animais. Se a doença for detectada por exames de PCR, que é feito no laboratório, se não for tratáveis, eles têm que ir para eutanásia. Não pode ser solto, porque são doenças debilitantes e que são transmissíveis para os demais animais silvestres. Então essa é a importância de usar esses *kits* diagnósticos, porque não podem ser soltos na natureza se o resultado for positivo. Finalizando Flávia passa os contatos de e-mail [crasunivap@univap.br](mailto:crasunivap@univap.br), o contato do CEN, [cen@univap.br](mailto:cen@univap.br), [flavia@univap.br](mailto:flavia@univap.br) e o Instagram da biologia e pede que todos sigam, já que



nesse instagram é colocado tudo o que é feito no CRAS, no CEN. Presidente agradece as professoras e antes de passar para as dúvidas da plenária, gostaria de enaltecer a importância do trabalho do CRAS. É uma atividade desconhecida, as pessoas não sabem dessa necessidade, mas, é uma dificuldade muito grande, porque são inúmeros animais, de tipos diferentes, exigências de recintos diferentes, alimentação diferente, a biodiversidade que naquele momento precisa de algum tipo de auxílio e socorro, e são pouquíssimos CRAS que tem em operação, é uma dificuldade financeira enorme para as entidades conseguirem manter os CRAS. Então, parabeniza a Univap, a todos da equipe envolvidos nesse trabalho, porque eles estão salvando a vida desses animais, mantendo, auxiliando na genética, na sobrevivência das espécies. Então, abrindo a plenária, com a palavra o conselheiro Juarez que informa que tem uma parceria com a Universidade Federal de Viçosa, que estuda o sagui-da-serra-escuro, do *Callithrix aurita*, uma vez que apareceu em dois locais em São José, na zona leste inclusive, então, está sendo feito um trabalho no termo de cooperação com a Univap, exatamente para trabalhar a questão do manejo, do sagui-da-serra-escuro na área urbana. Que já tem esse trabalho de parceria, inclusive, com o Ecomuseu, com a restauração das APPs do Alambari para dar conectividade onde aparece exatamente o sagui-da-serra-escuro. Que foram plantadas ano passado, mais de 250 mudas de árvores no entorno, inclusive com os alunos da Fundhas, em duas oportunidades. Que também foi implantada a agricultura familiar com o Ecomuseu na fazendinha que era do falecido Vicente Corrá. Presidente agradece Juarez e ao conselho em poder colaborar com uma iniciativa tão nobre e tão importante para biodiversidade, como o CRAS, porque conhece essas dificuldades. Coloca para apreciação da plenária a aprovação, e homologação dessa prestação de contas ainda parcial, que o projeto continua. Pede que permaneçam como estão aqueles que aprovam, se manifestem os que desejam declarar abstenção ou não aprovação. Sem manifestação, projeto aprovado e homologado por unanimidade. Segue a plenária, para discutir um



pouco sobre a composição das câmaras técnicas: Arborização, Resíduo Sólido, Unidades de Conservação, Regimento Interno, Fundos Ambientais, Energias Renováveis e Saneamento Básico. Esclarece que os Fundos Ambientais é o conselho gestor, não é uma câmara técnica, é o conselho gestor que faz a discussão do Fundo Municipal de Meio Ambiente e o Fundo Municipal de Serviço Ecossistêmico e as demais são câmaras técnicas. Alguma delas nunca teve na verdade reunião, e que é preciso agora deliberar sobre a permanência desses temas em câmaras técnicas e abrir a inscrição daqueles que desejam participar, encaminhando a sua intenção para a Secretaria Executiva. Lembra que em deliberações anteriores, foi definido que as câmaras técnicas terão no máximo seis membros paritários, sendo três de representação do governo, três da sociedade civil. Presidente concede prazo de quinze dias para anunciarem a intenção de participar da câmara técnica e na eventualidade de ter alguma câmara técnica que tenha mais de seis interessados em participar, se rediscute uma distribuição melhor. Pergunta aos conselheiros se permanecem esses temas, essas câmaras técnicas. Presidente coloca para a plenária se preferem esse encaminhamento, discutir a permanência ou não de temas em câmaras técnicas ou abrir a inscrição das sete câmaras técnicas existentes hoje e na próxima reunião discutir em razão dos interesses e da composição demonstrada pelos conselheiros. Sem manifestação contrária será feito o encaminhamento através de e-mail da proposta e inscrição pela Secretaria Executiva e na reunião no mês de junho com a composição dos interessados será rediscutido o assunto. Lembra que a câmara técnica de saneamento básico não existia no Comam, está vindo agora pela fusão do Comam com o Conselho de Saneamento. Com a palavra o conselheiro Jeferson que solicita que a secretaria executiva compartilhe um histórico dessas comissões já existentes, e o vem sendo feito. Presidente concorda com o pedido conselheiro e solicita da Secretaria Executiva, fazer um resumo das câmaras técnicas, mas para isso, solicita aos conselheiros que participaram de algumas dessas câmaras técnicas, que



auxiliem a Marisa informando, porque, lembrando, as câmaras técnicas não têm registro em ata. Com a palavra o conselheiro Ricardo Law que concorda e acha pertinente a solicitação. Que as reuniões das câmaras técnicas não têm ata e não é publicado, e a transparência de tudo que acontece dentro do Comam está sendo feito boa parte no site da prefeitura. Importante os resultados para ficar sabendo do desenvolvimento disso e onde está caminhando, evoluindo. Presidente lembra que o modelo de todas as câmaras técnicas não estão em atas, mas são memórias de reunião, então, acha que é um tema que poderá trazer para a próxima reunião na permanência ou não dos temas, mas colocando também que o sistema de registro se faça por memória de reunião, e não por ata, porque a ata exige um esforço, inclusive administrativo e financeiro, porque as reuniões têm que ser gravadas, têm que ser transcritas e depois aprovadas, então, para uma câmara técnica é um excesso de burocracia, de formalismo e não tem razão de ser. A não ser que surja uma câmara técnica de assunto de tamanha envergadura e discussões, que seja necessária ata e o conselho pode se posicionar. Então, a proposta está sendo deliberada, a proposta com base no que o conselheiro Ricardo Law propôs, de que as câmaras técnicas trabalhem com memória de reunião. Com a palavra o conselheiro Teles, que acha interessante periodicamente, o coordenador ou algum representante da câmara técnica expor na plenária o que está ocorrendo com a câmara técnica, porque de qualquer forma vai ser relatado em ata os assuntos que estão sendo discutidos, então não é necessário que se faça uma ata das reuniões da câmara técnica, mas seja trazido em plenário o que está sendo discutido. O Conselho Gestor dos Fundos Municipais tem agido dessa forma, todos os assuntos discutidos são trazidos para a plenária do Comam. Presidente coloca a proposta do conselheiro Teles para deliberação, tendo os 15 minutos que foram consagrados abertos em cada reunião também franqueados para as coordenações das câmaras técnicas apresentarem a evolução dos trabalhos e as discussões. Presidente pede que o conselheiro Jeferson, vice-presidente, assuma a mesa, porque tem uma reunião



com a presidente da Aconvap Maria Rita já agendada as 15h30, antes passa a palavra para a engenheira Livia apresentar o Plano de Drenagem Sustentável. Livia cumprimenta a todos e inicia informando que o Plano Diretor de Drenagem, fará uma apresentação breve de um trabalho que está a alguns anos plantando, fazendo uma gotinha de água limpa, que o Plano Diretor de Drenagem e Manejo de Águas Pluviais, esse nome bem grande, mas ele tem muito significado. Quando esse plano nasceu de um plano de macrodrenagem, que é uma parte desse manejo de águas pluviais, entendeu que ele tinha muito mais para ir, de capilaridade e que foi um trabalho ao longo desses anos em especial, essa é a etapa dois que trata do manejo sustentável de águas pluviais. Num breve histórico assim, a drenagem urbana, ela é um dos quatro pilares da política de saneamento básico, junto com resíduos sólidos, esgotamento sanitário e abastecimento público de água. Na cronologia de políticas públicas de São José dos Campos, em 2012 foi feito o primeiro plano de saneamento municipal e saneamento básico, que englobava as quatro as quatro agendas. Mas já se entendia que cada uma delas deveria ter um nível de profundidade maior, naquela época, a drenagem trabalhou, então, para um plano de macrodrenagem, captou recurso para fazer um trabalho mais aprofundado, esse trabalho se estendeu durante muitos anos. E ao longo desses anos, teve em 2015 o Plano de Gerenciamento de Resíduos e em 2018 o Plano Diretor, também a Política Municipal de Redução de Riscos, o PMRR, que tem uma interface grande com a questão das inundações na cidade. Em 2019, teve a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo e especialmente nessa janela de 2019, 2021, a secretaria estava muito debruçada nas políticas de ordenamento territorial e o plano de macrodrenagem, vinha sendo tocado pela Secretaria de Obras e houve um entendimento de que aquele plano, que olha muito para a macroestrutura de drenagem, é importante para evitar os grandes alagamentos, as grandes cheias. Ele também precisava se alinhar um pouco a tudo que estava acontecendo no mundo em relação à drenagem, à visão de cidade, de

sustentabilidade, de resiliência e muito da leitura também que vinham no Plano Diretor, na Lei de Uso e Ocupação do Solo, com as inovações, as soluções sustentáveis. E, naquele momento se entendeu que aquele trabalho, que já estava em construção há muitos anos, tinha que terminar, porque ele tem o seu valor muito importante para o ordenamento da cidade e, se propôs, se conceituou em 2020 que aquela seria uma etapa para um regramento da cidade, que seria, então, desenvolvida uma etapa dois, onde está sendo trabalhado. Em 2022 teve o código de edificações, todas essas políticas, de certa forma, têm uma interface com a questão da drenagem urbana. A etapa dois, ela teria o foco na drenagem urbana, no controle do escoamento das águas pluviais, ainda com foco grande nas soluções tradicionais de drenagem. E para essa etapa dois, entendia que precisaria recuperar o ciclo hidrológico, trabalhar mais na questão não só dos grandes escoamentos, uma vez que aconteceu, mas que precisaria buscar como recuperar a resiliência da cidade através de outros elementos, da infiltração para questão de controle e, também, de quantidade de água pluvial, mas principalmente, trabalhar também o elemento da qualidade das águas pluviais. E, por mais que o tratamento de esgoto, da rede de saneamento esteja implantada, existe um índice de falha que vai existir e, além disso, tem uma questão de poluição difusa. A cidade, toda vez que chove, ela vai ser limpa pelas águas, mas essas águas vão chegar aos rios, vão poluir e é onde a drenagem sustentável, as técnicas compensatórias sustentáveis também entram, no tratamento dessas águas pluviais, que hoje é uma coisa que não se trabalha. Então, o Plano (PDP Map) etapa um de drenagem urbana, foi aprovado por decreto, foi estabelecido por decreto no final de 2021 e ele tem instrumentos muito importantes de ordenamento territorial, principalmente, das áreas suscetíveis a inundações, para que as pessoas não construam. Então, para que não aumente o risco, serão determinadas quais são as áreas da cidade, próximas aos córregos, para além das APPs urbanas, passíveis de inundação, então isso é um instrumento de ordenamento territorial que esse plano trouxe. Traz também

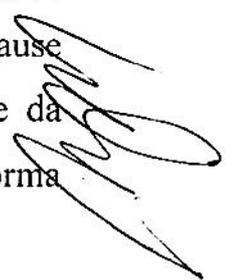
uma série de obras, previsões de obras, necessidade dos sistemas de macrodrenagem como barramentos para contenção das inundações, entre outros elementos. Falando, então, da etapa dois, muito pela provocação do secretário Manara, de que o plano de drenagem era um plano obreiro, estava sendo executado pela Secretaria de Obras e foi trazido os elementos de sustentabilidade para dentro dele, em 2020 foi feita essa concepção. Os projetos são financiados pelo Fundo Municipal de Meio Ambiente e será feito captação de recursos. Em 2021, foi submetido um projeto para o FEHIDRO, Fundo Estadual de Recursos Hídricos que na sua concepção ele vai cobrir os elementos que deveriam compor esse plano, é um projeto de cerca de 1 milhão de reais, sendo 900.000 do FEHIDRO. Esse projeto foi aprovado no final de 2021, depois de todo um processo, o conselheiro Renato conhece todo o processo e apoiou muito enquanto presidente. Em 2022, alinhado esse tema foi feita a contratação da Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica, que hoje faz um belíssimo trabalho em São Paulo, é um braço técnico do DAEE, desde a sua criação, ela que surgiu para dar esse apoio ao DAEE do estado e ela tem feito um trabalho muito interessante em São Paulo com os cadernos de drenagem. Ela tem um corpo técnico de pesquisadores da USP de excelência, então foi feita a contratação dos estudos, que vão dar subsídio para esse plano, com o FCTH, em meados de 2022. Que o projeto está nos seis meses iniciais do projeto que tem duração de 18 meses. O projeto está dividido em quatro blocos principais. O bloco inicial é a questão de mais de um relatório técnico, de uma avaliação de diagnóstico da questão do manejo de águas pluviais no município, após vai para um instrumento muito importante para os técnicos, sejam da prefeitura que aprovam projetos, elaborarem projetos de drenagem sustentável. Então o projeto prevê a elaboração de um manual de drenagem sustentável, um plano de ação que se acople ao que já foi feito na etapa um e converse para que as tecnologias se integrem. Essa tecnologia vai ter uma concepção de anteprojeto de algumas bacias e projetos pilotos. O cronograma prevê 18 meses.



já está indo do quinto para o sexto mês, tem várias atividades que já estão em curso em paralelo, desses blocos colocados. Foram selecionadas três bacias, dentro do território, cada uma dessas bacias estão dentro de bacias maiores, a Bacia do Santa Hermínia na zona leste que está dentro da Bacia do Pararangaba, a Bacia do Santa Júlia, onde foi implantado o Parque Linear do Santa Júlia, em fase de implantação, com muitas ações ambientais, a restauração da nascente através de TCRA's, que está no córrego do Cambuí e a nossa principal bacia também é a Bacia do Senhorinha na zona sul em termos de extensão e também de ocupação. Cada uma dessas bacias tem um histórico, a zona sul é uma bacia já densamente consolidada, de ocupação relativamente regular. Na zona leste, o Santa Júlia, tem uma bacia que está em fase de expansão, também com uma ocupação mais residencial. E no Santa Hermínia, tem uma situação um pouco diferente, que é uma situação de bairros que foram regularizados, então, não foram bairros oriundos de loteamentos, foram bairros irregulares que passaram pelo processo de regularização fundiária e está sendo bastante interessante. E, desde janeiro, a equipe da FCTH, está em campo, fazendo a instalação de diversos tipos de equipamento e sensores de níveis, sensores de qualidade com a amostragem de qualidade da água. Em um momento posterior do projeto, eles vão mostrar também a questão das águas de lavagem das ruas, então terá o monitoramento da boca de lobo. Tudo isso para que se alimente a um modelo matemático, hidrológico, não são só de vazão, mas também de poluição para poder entender qual que é a carga de poluentes e a partir daí, então, dimensionar essas tecnologias de drenagem sustentável capaz tanto de trabalhar tanto na parte de controle como de qualidade da água. Foi apresentado um panorama geral, desses produtos que estão previstos um pouco mais de um detalhamento e como está caminhando. O produto um é um conjunto que tem essa questão de diagnóstico, da qualidade da análise da água, das modelagens. O produto dois já é o produto mais do território, um regramento, um manual para um território com quem está trabalhando com esse tema e o plano de ação e a parte dos

projetos e anteprojetos. Em linhas gerais, em relação ao plano de drenagem finaliza a apresentação e informa que poderá apresentar numa próxima reunião. O assunto é drenagem sustentável, dentro de um guarda-chuva, de soluções baseadas na natureza, um tema recorrente, de como as cidades precisam adotar essas soluções, inúmeras questões, desde saúde, qualidade de vida, resiliência, mudanças climáticas, e inúmeros motivos que poderá ser contado um pouco de uma oportunidade que está tendo como prefeitura e que as coisas se casam e englobam outras questões. Que, no final do ano passado também, já com esse projeto sendo gerido, durante esses anos com o Departamento de Planejamento Urbano, numa parceria grande com o Departamento de Gestão Ambiental, submeteu uma proposta, com uma lógica de estruturação da região sul, submeteu ao WRI. Ele trabalha a questão de sustentabilidade de uma forma ampla, em cidades, tem muitos trabalhos com mobilidade e lançaram um programa de acelerador de soluções baseadas na natureza em cidades e a proposta foi submetida ao “World Resources Institute”, em setembro do ano passado com a ideia do Parque Fluvial do Senhorinha. O Senhorinha é um parque do Plano Diretor, tem uma série de questões para ser entendido como um parque e sua própria restrição de áreas. O Senhorinha tinha que ser capilarizado pela zona sul como um todo, tipo de uma conectividade entre as áreas de lazer que tinham e a proposta foi submetida para um processo de mentoria, recebendo a equipe para o desenvolvimento de projetos como um espelho, mas que isso obviamente, vai ajudar em muitos outros projetos. Foram dez cidades selecionadas e São José está entre 80 e tantos projetos. E, hoje olhando um pouco mais para a região do Campo dos Alemães, tem um mosaico de projetos muito interessantes, tanto na unidade de conservação, do serrado, algumas praças, a Linha Verde, uma série de oportunidades de implantações de soluções baseadas na natureza, desde arborização urbana, com as hortas comunitárias, com a questão de efetivar a unidade de conservação e tudo isso a tem sido discutido, sendo desenvolvidos alguns projetos específicos. E a drenagem, ela

entra em vários elementos, em específico, tem a nascente do Senhorinha, tem as questões de previsões de obra de detenção pelo plano e ao longo da bacia no rio, a drenagem na bacia de detenção e espalha essa drenagem sustentável por todos os elementos, seja dentro do lote, seja dentro no viário. Então o desafio é grande, mas esse é o processo de construção que será feito em especial, um pouco do reflexo de como esse tema vem surgindo dentro da secretaria, ganhando maturidade, é um processo longo, é o projeto da biovaleta da Linha Verde. Esse é um projeto que está sendo financiado através de um recurso de compensação ambiental interno da prefeitura por supressão de árvores, e depois de muitas idas e vindas, licitações, dificuldade de contratação, vai ser assinado essa semana. Então, é um projeto que vai ser implantado em frente à estação sul da Linha Verde, no Terminal Sul, que é o terminal principal, onde tem a recarga dos ônibus e vai ser o primeiro piloto, de soluções baseadas na natureza, de drenagem sustentável no município. Com o projeto, pensado, estimado, foi contratada uma empresa que tem grande expertise nessa área onde tem desenvolvido os projetos. Provavelmente, é um projeto que vai ser implantado rápido, até 90 dias, foi elaborado pelo Planejamento Urbano e se espera que seja um modelo para as praças e ambientes públicos. Com a palavra Juarez do Departamento de Gestão Ambiental, que achou interessante o projeto que foi apresentado pela Lívia, mas esclarece, que às vezes nem todas as pessoas têm contato direto com esse tema. Que, normalmente os projetos de macrodrenagem urbana, convencionais são obras de engenharia, as contenções, os espaços que são criados, bacias de contenções, depois do estudo hidráulico e hidrológico de uma bacia, se consegue dimensionar pela série histórica dos últimos 100 anos, quanto é que teve e qual foi o volume máximo de água dentro daquela bacia. Então, com técnicas de engenharia somente fazem as bacias de retenção, os canais e as travessias de acordo com esses estudos para que não cause transtorno para a população. A ideia é apresentar uma solução diferente da tradicional, mas que ela seja mais ecologicamente correta e de uma forma

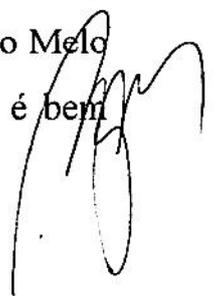


sustentável, que se consiga fazer infiltração, ao longo da bacia para que essa água não chegue toda no curso d'água e cause esse transtorno. Então as biovaletas, as vala de retenção, todos esses projetos paralelos dentro de drenagem sustentável tem exatamente essa finalidade de trazer alternativas, que não aquelas tradicionais, porque quando você tem uma poluição difusa, que choveu, levou tudo para o curso d'água, varreu o asfalto, as ruas, vai para o curso d'água e tem uma carga de poluição muito forte. E se existe esses mecanismos adotados, selecionados, muito bem elaborados, com uma tecnologia, baseada em soluções na natureza, se consegue melhorar, é o escopo desse trabalho. Então ao invés de ter aquela técnica tradicional do estudo hidráulico, hidrológico para dimensionamento das bacias e das vazões, tem um projeto ambientalmente correto, você permite a infiltração, coloca mais verde, tem alternativas. Ao conhecer a bacia que é o que o CTH está fazendo, medindo a vazão, vendo a poluição, oferecendo soluções, para que tragam mais a questão da sustentabilidade e evite um grande desperdício, não fique aquela bacia de concreto ao longo dos cursos d'água para poder reter o excesso de água. Essa é a finalidade, traduzindo, o que se pretende com o projeto. Com a palavra o conselheiro Jeferson que agradece a apresentação feita pela Livia e que um ponto interessante, vendo esse trabalho, com certeza, com as informações, os dados, terá inúmeros desdobramentos. Porque assim, com esse plano, acredita que seja viável se fazer uma análise dessa questão tão nevrálgica e desafiante para o nosso município. Com a palavra o conselheiro Ricardo Law que pergunta a Livia com relação a etapa da drenagem urbana, são soluções tradicionais, pergunta o que aconteceu esse ano com a carga excessiva pluvial na época de chuvas, na região da Dutra e no Habib's da Nelson D'Ávila, que teve uma inundação enorme e há muitos anos isso não ocorria. Lembra que houve uma obra enorme em frente ao Extra, próximo do Viaduto da Dutra e, logo em seguida, menos de um ano depois já teve aquele problema seríssimo que aconteceu no fundo do Vale. Livia esclarece que é muito conteúdo, a etapa um,

foi desenvolvida pela Secretaria de Obras, então a secretaria, chegou um momento que apresentou outros elementos que considerava importante para drenagem e *know-how*, capacidade técnica para inserir isso dentro do plano. Que hoje a drenagem do município, o órgão responsável é o departamento de infraestrutura. Com a palavra Juarez que para contribuir rapidamente e responde para Ricardo Law, que o córrego do Lava Pés, na verdade tem início dentro do CTA, então a bacia hidrográfica acompanha toda a área do CTA, parte da Vila São Bento e um trecho do aeroporto, ela drena para dentro do CTA e aquela água toda vem do antigo Pão de Açúcar, passa por baixo da tubulação. Aquela tubulação provavelmente foi subdimensionada a época que foi feita e o problema pode ter ocorrido com a tubulação já existente. O que de fato talvez não tenha a ver com a obra nova que foi feita, mas a tubulação lembra que é de uns 15 ou 18 anos atrás, quando ainda era o Pão de Açúcar, ocasião que deu uma enchente terrível do lado do supermercado e tinha até carro boiando. Então, de repente, esse trabalho que está sendo feito hoje no Santa Júlia, Santa Hermínia e no Senhorinha pode ser replicado para essa bacia como uma alternativa de amenizar com essas soluções que estão sendo apresentadas, de infiltração, consiga evitar que essa água chegue no formato que ela está chegando hoje. Com a palavra Jeferson que agregando valor ao que o Juarez informou, lembra que saiu uma matéria no Jornal O Globo o qual participou. Nos últimos 12 anos, é a primeira vez que os reservatórios d'água atingiram mais de 70 a 80%, ou seja, então essa questão climática tem muito a ver com esse momento, com essas chuvas intensas e torrenciais. Com a palavra Luciano, professor, trabalha na Divisão de Educação Ambiental, que a 14 anos acompanha a divisão e, anualmente realiza a Semana do Meio Ambiente, e está no calendário oficial da prefeitura. A comemoração da Semana do Meio Ambiente em que se celebra o Dia Mundial do Meio Ambiente, dia cinco de junho. Este ano terá uma programação que começa a partir do dia primeiro, principalmente para dar visibilidade aos programas que estão sendo executados.

Parabeniza a nova gestão do Comam, importante a participação da sociedade junto com a gestão pública. Pede que o conselho participe na programação e na divulgação dessas atividades e principalmente acompanhem os projetos. A agenda inicia no dia primeiro de junho, na quinta-feira, com a implantação do quadragésimo sexto pomar nativo educativo, na região de Eugênio de Melo, na Avenida Geraldo Fernandes da Silva, faz esquina com a antiga estrada velha, em Eugênio de Melo, será as 9h da manhã. O plantio do pomar nativo educativo, ele visa resgatar as frutas nativas da Mata Atlântica e do Cerrado. E a ideia é justamente com a implementação desses pomares em diversos locais da cidade aproximando novamente a sociedade, da riqueza que são esses frutos por meio da educação ambiental. E, neste dia terá uma programação voltada para os servidores municipais no Paço, uma oficina de compostagem no Centro de Convivência. No local tem um biodigestor, que foi implementado, é algo mais recente, mas a compostagem já acontece há uns dois anos no Paço Municipal. Então a ideia é que os servidores conheçam e a ideia é multiplicar a importância da prática da compostagem. A ideia nessa prática responsável do Paço Municipal tentando ser multiplicada para a vida dos próprios servidores. No dia dois de junho, terá a roda de conversa sobre as plantas alimentícias não convencionais, as PANCs. Já são realizadas essas oficinas mensalmente e essa do mês de junho, vai acontecer no dia dois no auditório, das *startups* no parque da cidade. As 18h30 será a abertura do Festival Avoando, um trabalho nessa questão da importância turística, não só da observação de aves no nosso território, principalmente em São Francisco Xavier. Esse festival vai acontecer a partir de sexta-feira, iniciam no período da manhã com várias atividades de avistamento, palestras, oficinas, mas a abertura oficial ocorrerá as 18h30 seguida de palestras e toda uma programação extensa na sexta, sábado até domingo ao meio-dia. As 19h aqui em São José dos Campos, na Univap Urbanova a palestra “Manejo de Fauna no Brasil” pelo professor Fabiano Melo da Universidade Federal de Viçosa. Além de explicar esse tema, que é bem

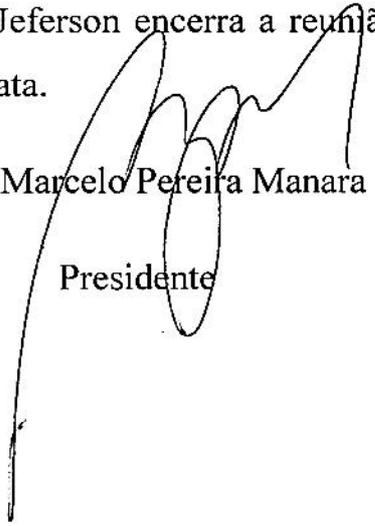
OK



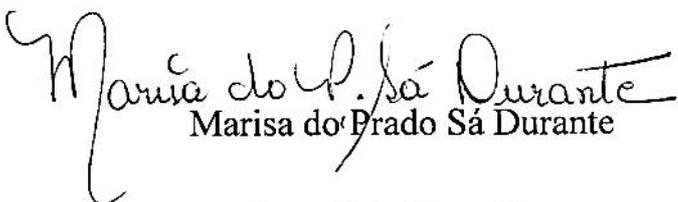
abrangente, vai falar também do projeto de conservação dos primatas em São Francisco Xavier. No distrito tem cinco primatas, um deles muito famoso, é o Muriquí, ameaçado de extinção, também o *Callithrix aurita* muito ameaçado, entre outros. Então, com essa palestra, a sociedade vai poder conhecer um pouco mais desse programa, esse projeto, principalmente as ações que acontecem na área urbana com a conservação do *Callithrix aurita*, que é uma ação desenvolvida junto com a Universidade Federal de Viçosa. No sábado, dentro ainda do Avoando, terá essa palestra, que está sendo associada ao Avoando com o Arboriza. Por isso o tema é a importância da arborização urbana para a manutenção da avifauna local, onde terá a presença da doutora Marta Argel pela Unicamp nesta área. O evento será no Parque Vicentina Aranha, às 10h da manhã, e, além dessa questão, falará também do Arboriza e do pomar nativo, educativo. No domingo, as 10h da manhã, no Vicentina Aranha o secretário, Marcelo Manara, vai explicar de uma forma abrangente, sobre as políticas públicas ambientais de São José dos Campos, um bate-papo antes do show das 10h30 da manhã e, as 15h terá uma roda de conversa sobre resíduos eletroeletrônicos no Shopping Jardim Oriente, com a inauguração de um ponto de coleta de resíduos pela GMCLog em parceria feita com lixo zero. Enfim, então trazendo essa temática da gestão de resíduos, do impacto e de como que devemos agir, enquanto municípios nessa questão dos resíduos eletroeletrônicos. Na segunda-feira, o Dia Mundial do Meio Ambiente, as 10h um plantio de árvores do Programa Arboriza São José. Luciano faz um convite muito especial para membros do Comam e da comunidade em geral, para o plantio dessas árvores nas calçadas da Avenida Aclimação no Jardim Alvorada, a principal Avenida no Jardim Alvorada. As 19h, uma roda de conversa sobre a melhoria da qualidade das águas nos rios urbanos, no Rotary Club Satélite, que fica na Praça Mário Cesare Porto, ao lado da escola Mercedes Klein. No Jardim Satélite, tem duas nascentes que pertencem ao programa, mas o foco é um olhar mais especial para a nascente da Rua Líra, próximo ao João do Pulo. Dia seis, a



última atividade é uma roda de conversa de PANCs, voltadas para os servidores públicos no Paço Municipal, as 9h da manhã, são 20 vagas. Para os servidores, as inscrições serão feitas pela intranet a partir de hoje. Encerra agradecendo aos conselheiros e conta com a participação de todos. Com a palavra Juarez que solicita um grande esforço dos conselheiros para participarem às 9h30 da manhã do plantio na Avenida Aclimação, no Jardim Alvorada. Com a palavra Jeferson que agradece Luciano pela riqueza do que está acontecendo e passa a palavra para o conselheiro Ricardo Law, que lembra quando foi lançada a ideia da Linha Verde, os membros do Comam ficaram na expectativa de serem convidados para fazer um passeio, pelo ônibus elétrico em São José dos Campos e até hoje não ocorreu. Que aguarda essa e outras visitas “in loco”, para conhecer ao vivo essa obra fantástica. Pede que a Sabesp verifique vazamentos de esgoto que está contaminando o córrego Alambari. Nada mais a tratar Jeferson encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.

  
Marcelo Pereira Manara

Presidente

  
Marisa do Prado Sá Durante

Secretária Executiva

